

ELEMENTOS DE POLÍTICA: DE MAQUIAVEL A GRAMSCI

Luciana Aliaga¹

RESUMO: Este artigo pretende discutir as relações estabelecidas por A. Gramsci nos *Quaderni del Carcere* entre os “elementos de política”, ou seja, a divisão histórica entre governantes e governados, e a “questão política dos intelectuais”, expressão que aparece no *Quaderno* 11. Especificamente, nos propomos discutir as categorias de classe dirigente, classe eleita e o papel político dos intelectuais no pensamento gramsciano. Pretende-se cumprir este objetivo por meio do diálogo estabelecido por Gramsci com Maquiavel e com sua herança na Itália, isto é, com os autores que ficaram conhecidos como “maquiavelianos”. Em especial nos concentraremos na interlocução com o sociólogo e economista V. Pareto, que, a despeito de algumas similaridades terminológicas com Gramsci devidas à interpretação de Maquiavel, produz uma teoria diametralmente oposta àquela desenvolvida nos *Quaderni*.

Palavras-chave: Gramsci. Marxismo. Maquiavel.

Sob o título *Machiavelli: Elementi di Politica*, a nota de redação única² registrada nos *Quaderni del Carcere* por Antonio Gramsci em fevereiro de 1933, chama a atenção para o fato de que os princípios mais elementares são os primeiros a serem esquecidos. De acordo com o autor, o elemento fundamental a ser lembrado é que “existem realmente governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Toda ciência e arte política se baseiam sobre este fato primordial, irreduzível (em certas condições gerais)” (Cf. Q. 15, §4, p. 1752³). Em outros termos, a existência de governantes e governados como uma realidade política – e um dos componentes basilares do pensamento político de Maquiavel – constitui para Gramsci o elemento mais fundamental da ciência e da prática política. Contudo, o título desta nota permite também entrever outras fontes teóricas da concepção gramsciana de ciência política porquanto coincide parcialmente com pelo menos duas obras de autores contemporâneos a Gramsci: *Elementi di Scienza Política* (1896), de Gaetano Mosca, e *Elementi di Política*, publicada em 1925 por Benedetto Croce⁴.

¹ Professora do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

² V. Gerratana inclui em sua edição crítica dos *Quaderni del Carcere* todas as notas feitas por Antonio Gramsci nos 29 cadernos de tipo escolar escritos na prisão (ao todo foram 33 cadernos, contudo os 4 dedicados à traduções não foram incluídos), distinguindo os textos A (de primeira escritura), textos B (de única escritura) e textos C (de segunda escritura). Estes textos C são uma reescritura dos textos A, alguns são retomados sem grandes reformulações, outros sofrem significativas modificações e/ou inserções (Conferir V. Gerratana, 2007, p. XXXVI).

³ Para facilitar a citação passaremos a utilizar a letra Q. seguida do número do caderno, parágrafo e página da edição crítica Gerratana, para nos referir aos *Quaderni del Carcere*, de A. Gramsci.

⁴ Ambas são citadas nos *Quaderni* (Cf. GERRATANA, 2007a, p. 3045 e 3066).

Croce e Mosca representam de fato dois polos de referência essenciais para a teoria política italiana da primeira metade do século XX⁵, com os quais Gramsci estabelece um proveitoso contato crítico. Conforme já observou U. Cerroni (1976, p. 142-143), Gramsci, em seu “repensar do marxismo” em constante confronto com a tradição cultural vigente, alcançou uma elaboração suficientemente articulada capaz de competir com a teoria política oficial. O autor, desta forma, teria expandido a teoria política do socialismo para a problemática geral da ciência política ao estabelecer um diálogo crítico com um universo variado dentre os expoentes mais destacados do pensamento político na Itália, que se estende “de Croce a Pareto, de Michels a Mosca” (*idem*, p. 157).

A ciência política de Gramsci, portanto, é declaradamente devedora do pensamento maquiaveliano, contudo, é também resultado da crítica e, em certa medida, da assimilação da filosofia de seu tempo. Não se pode dizer, no entanto, que a leitura gramsciana de Maquiavel seja convencional ou literal, pelo contrário, é possível afirmar que o pensamento do secretário florentino é “atualizado” por Gramsci, de forma que aparece nos *Quaderni* profundamente entrelaçado aos temas e problemas políticos das primeiras décadas do século XX.

O ambiente político e filosófico da Itália da passagem do século XIX para o XX apresenta-se profundamente marcado pela experiência concreta do Estado liberal, fruto do processo de unificação italiana. Por esta razão, o tema central de reflexão – sobre o qual as grandes escolas de pensamento⁶ se debruçaram – será essencialmente o tema do Estado. Em função disto, a característica comum dos diversos e importantes escritos de caráter filosófico e literário da época consiste em ressaltar a necessidade de “uma vasta obra para educar e formar as novas gerações que crescem na realidade transformada” do Estado unificado (Cf. ALBERTONI, 1985, p. 303).

Neste contexto, contudo, vozes discordantes se contrapõem às concepções democráticas então vigentes, sustentando um grave ceticismo em relação à capacidade

⁵ Conforme destaca Ettore Albertoni, Apesar da distância claramente estabelecida entre seus específicos conteúdos, é possível identificar conexões conceituais entre a doutrina de Croce e a de Mosca nos anos vinte e trinta no que se refere à defesa do Estado liberal, entendido por ambos como premissa para o desenvolvimento e melhoramento do próprio liberalismo. Neste sentido, diz Albertoni: “frente ao fim do Estado liberal, o historicismo de Croce e o positivismo de Mosca representam, do ponto de vista doutrinário, um elemento capaz de unificar formulações e métodos muito diversos” (ALBERTONI, 1985, p. 368), mostra disto é a utilização por Croce, na *Storia d'Italia*, de termos mosquianos como classe política e classe dirigente (Cf. *idem*).

⁶ Das grandes escolas de pensamento que se debruçaram sobre o tema do Estado deve-se destacar o idealismo filosófico, o positivismo, em suas variadas vertentes, e a ciência jurídica (Cf. ALBERTONI, 1985, p. 305)

de autogoverno das massas populares (Cf. *idem*). Neste grupo, um pouco mais tarde, se insere James Burnham, autor fundamental também para interpretação do período fascista na Itália (Cf. *idem*, p. 356). Em seu livro *The machiavellians, defenders of freedom*, o autor ressalta que Maquiavel teria distinguido dois tipos de “homem político”: o tipo governante e o tipo governado, sendo que o segundo tipo constituiria a grande maioria, isto é, “a evidente característica da maioria [seria], então, sua passividade política” (BURNHAM, 1963, p. 58). Burnham sublinha que esta distinção reflete um fato básico da vida política tanto para Maquiavel quanto para *machiavellians*, isto é, para os seus herdeiros – Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels (Cf. *idem*; cf. tb. p. 90-93).

Apoiado nos princípios fundamentais do maquiavelianismo, Burnham lança um olhar cético para a democracia, com especial atenção àquela da primeira metade do século XX. As experiências históricas mostram – de acordo com o autor – que a definição da democracia como “autogoverno” é impossível, de maneira que ela deve ser entendida mais adequadamente como um “mito, fórmula ou derivação” (Cf. *idem*, p. 265-266). Em outros termos, o autogoverno não corresponde a nenhuma atual ou possível realidade social, “as sociedades não são governadas pelas pessoas, por uma maioria; todas as sociedades, incluindo sociedades ditas democráticas são governadas por uma minoria” (*idem*, p. 266). Contudo, a afirmação de alguns mecanismos por meio dos quais supostamente o autogoverno se efetivaria, como o processo eleitoral, por exemplo, tem sido utilizada como uma “fórmula democrática”, que legitima e sustenta o governo da minoria (Cf. *idem*).

O governo das elites legitimado pela fórmula democrática do autogoverno – de acordo com Burnham – tem apresentado uma tendência internacional para o “Bonapartismo”, que define “uma personificação da vontade de todas as pessoas” em “um pequeno grupo de líderes ou de um único líder”, que “reivindica uma autoridade ilimitada” (*idem*, p. 268). Destarte, como antídoto à sociedade de massa e às tendências bonapartistas o autor propõe uma democracia que se define pela liberdade de sustentar opiniões contrárias às elites governantes, mais precisamente pelo “direito de oposição”⁷. De forma que começa a surgir uma difusa tendência dirigida a superação

⁷ Esta concepção pode ser descrita como “o direito dos oponentes às elites governantes de expressar publicamente suas opiniões contrárias e para organizar e implementar estas opiniões”. Está ligada à idéia de “defesa jurídica” de G. Mosca, que define medidas de segurança para que o indivíduo possa se proteger das arbitrariedades do exercício do poder de lideranças personalistas (Cf. *idem*, p. 274).

do conceito tradicional de democracia como autogoverno, e a sua modificação em direção a “formas de autêntico bonapartismo democrático” (Cf. ALBERTONI, 1985, p. 358).

O “pressuposto minoritário” (ou da minoria dirigente) constitui, portanto, o núcleo daquilo que se tem convencionado chamar herança maquiaveliana e encontra-se no cerne das problemáticas surgidas na primeira metade do século XX acerca das novas definições na esfera da teoria e da prática política, principalmente no que se refere à concepção de democracia. Neste sentido, Mosca, Pareto e Michels assumem um papel central porquanto definir a ciência política a partir dos elementos constitutivos do pensamento de Maquiavel – e da experiência concreta da política italiana do início do século XX – implica necessariamente em um diálogo com a herança maquiaveliana de estudos da política.

Maquiavel e seus modernos continuadores servirão, portanto, como valiosos interlocutores para a definição da ciência e da arte política nos *Quaderni*. O diálogo com os herdeiros elitistas de Maquiavel, contudo, não é explícito. Conforme sublinha Sgambati, uma leitura superficial pode considerar de secundária importância as referências, polêmicas ou analíticas, que Gramsci estabelece com os elitistas. Contudo – nos lembra a autora – estas referências possuem uma notável agudeza crítica, envolvendo algumas das temáticas fundamentais da teoria política (e da impostação metodológica) enfrentada nos *Quaderni* (Cf. SGAMBATI, 1977, p. 606). Como veremos a seguir, o diálogo com a teoria elitista está estreitamente vinculado a uma das grandes temáticas do cárcere, isto é, a “questão política dos intelectuais”.

O economista de Losanna, Vilfredo Pareto será o interlocutor privilegiado no presente trabalho⁸. Pareto desenvolveu um processo de aprofundamento metodológico que o conduz no *Trattato di Sociologia Generale* a uma elaborada exposição dos problemas epistemológicos, com os quais são já implicitamente rompidos os limites da interpretação positivista, e a partir daí inicia um positivismo revisitado

⁸ Ainda que não haja registro entre as obras que compunham a biblioteca do cárcere, Gramsci faz diversas menções ao *Trattato di Sociologia Generale*, principal obra de Vilfredo Pareto, nos *Quaderni del Carcere* (Cf. Q. 7, § 36, p. 887 - reescrita no Q. 11, § 24, p. 1427-1428 - e Q. 14, §9, p. 1663 – nota de redação única). Registra-se ainda um pequeno texto de Pareto – *Fatti e Teorie* – entre os livros a que Gramsci teve acesso na prisão. Não obstante as referências diretas ao professor de Lausanne sejam escassas no interior dos *Quaderni*, a análise e interpretação da divisão política entre governantes e governados, mais precisamente, do fenômeno da permanência histórica das minorias governantes – que conforma a “Teoria das elites” e consiste num dos principais temas do *Trattato di Sociologia Generale* – encontra-se no âmbito da obra gramsciana e articula-se fortemente, como procuraremos demonstrar, aos principais temas no conjunto da composição do cárcere.

metodologicamente (Cf. MEDICI, 1990, p. 11; BONETTI, 1994, p. 4)⁹.

O pensamento político de Pareto – presente no interior de seu sistema de sociologia – se edifica a partir de um intenso debate com o marxismo e com o socialismo em suas principais problemáticas, entre as quais se deve destacar as questões envolvidas na mudança social, isto é, na teoria da revolução. Como observou Giovanni Busino (1974, p. 9) os grandes cientistas sociais, aqueles que são hoje chamados de “os pais fundadores da sociologia” tiveram que fazer as contas com o marxismo e com o socialismo. Isto porque a fundação de uma disciplina positiva, científica, da sociedade exigia o conhecimento dos mecanismos coercitivos e das regulações sociais, bem como a definição dos limites e das possibilidades da intervenção humana na ordem social, questões para as quais Karl Marx teria dado respostas originais, assim como a prática socialista teria suscitado uma série de questões importantes para a elaboração científica (Cf. *idem*, p. 9-10). Por esta razão autores da estatura de Emile Durkheim, Max Weber e Vilfredo Pareto, de diferentes maneiras e sob perspectivas diversas, tomaram a teoria política marxista e o socialismo como interlocutores privilegiados (Cf. *idem*, p. 11).

Mas, se a refutação do marxismo e do socialismo ocupa lugar importante na sociologia de Pareto, não é de menor importância o diálogo estabelecido nos *Quaderni del Carcere* de Antonio Gramsci com a teoria das elites. De fato os ambientes político e cultural italianos do início do século XX apresentavam-se profundamente transpassados pelos temas e problemas pertencentes às polêmicas estabelecidas entre as correntes elitistas e aquelas marxistas. Ainda no final do século XIX as doutrinas políticas na Itália se desenvolvem em uma dupla direção: uma sob o impulso da sociologia de Mosca e Pareto, e a outra sob o influxo do marxismo de Antonio Labriola (Cf. ALBERTONI, 1985, p. 310). A primeira – como sublinha Giuseppe Santonastaso – conduz a teoria das elites, e a outra à revisão do marxismo e das consideradas correntes do determinismo econômico como aquele de Achille Loria (Cf. *idem*). Gramsci insere-se nesta polêmica como adversário tanto das correntes ditas “sociológicas” quanto dos revisionismos no interior do marxismo. Com relação a este último, deve-se destacar a grande importância dada por Gramsci a Croce – como líder da cultura europeia e como líder das tendências revisionistas – para o qual dedica um

⁹ Como observa Bonetti (1994, p. 45), “no *Manuale di economia política* de 1906, a epistemologia paretiana já aparece em grande parte livre dos obstáculos do velho positivismo e apresenta, ao inverso, singular afinidade com a concepção do empirio-criticismo e com a teoria weberiana dos ‘tipos ideais’”.

inteiro caderno monográfico¹⁰. À crítica das teorias sociológicas Gramsci deve em grande medida sua concepção da função política dos intelectuais.

A atitude de formular conceitos e de fazer análise política por meio da polêmica com os expoentes mais destacados do campo oposto está intrinsecamente ligada à sua formação intelectual, em carta datada de 15 de dezembro de 1930 a Tatiana Schucht, o autor esclarece que “pensar desinteressadamente” seria muito difícil para ele. Diz Gramsci: “comumente é necessário colocar-me desde um ponto de vista dialógico ou dialético, caso contrário não sinto nenhum estímulo intelectual” (GRAMSCI, 1977, p. 138). Esta carta lança luz sobre a observação que o autor inclui no Q. 12, § 1, redigido provavelmente entre maio e junho de 1932¹¹. Entre parênteses consta a advertência de que sua pesquisa sobre os intelectuais não seria de caráter “sociológico”, com isto o autor expressa literalmente sua intenção de evitar as formas esquemáticas e abstratas e de buscar uma conceituação que engendrasses ensaios sobre a história da cultura e da ciência política. Para isto – diz o autor – “a primeira parte da pesquisa poderia ser uma crítica metodológica das obras já existentes sobre a história dos intelectuais, que são quase todas de caráter sociológico” (Q. 12, § 1, p. 1515)¹².

A conceituação política dos intelectuais nos *Quaderni*, portanto, claramente se desenvolve, por um lado, em estreita articulação à história da cultura e da ciência política e, por outro lado, em polêmica com a teoria política contemporânea, que se torna especialmente explícita a partir de 1932, principalmente nos cadernos monográficos. Numa das poucas referências diretas aos elitistas, Gramsci aproxima os conceitos de classe política de Mosca e de elite de Pareto ao seu próprio conceito de intelectual. Sob o sugestivo tema *Storia degli intellettuali*, escreve Gramsci, entre janeiro e fevereiro de 1932¹³, numa nota de única escritura:

“Os *Elementi di scienza politica* de Mosca (nova edição ampliada de 1923) devem ser examinados para esta rubrica. A chamada ‘classe política’ de Mosca

¹⁰ Para Gramsci, contudo, o valor de Croce estaria não apenas um papel cultural e político, mas se estenderia também àquele filosófico, isto é, a sua contribuição à filosofia da práxis. Dado que os fatos de cultura e do pensamento agem influentemente na política, isto é, na formação do consenso e da hegemonia, por meio de Croce, a função não apenas cultural dos intelectuais é expressa, mas, sobretudo, a sua função política na organização do Estado (Cf. Q. 10, p. 1211).

¹¹ Esta é a segunda versão do Q. 4, § 49 de novembro de 1930, onde não aparece a referida observação.

¹² Esta atitude metodológica estende-se para outros conceitos no conjunto dos *Quaderni*, como por exemplo, para o partido político. Como observa Pasquale Voza (2008, p. 59), Gramsci estabelece uma “radical distância crítica seja da noção de Croce do partido como ‘prejuízo’, interna a concepção mais geral da ‘política-paixão’, seja da noção ‘sociológica’ de Michels em relação ao chamado ‘carisma’”.

¹³ Conferir Francioni (1984, p. 141). Toda datação adotada no presente texto tomará como referência aquela estabelecida por Gianni Francioni, de forma que não incorporaremos as referências ao autor no corpo do texto com vistas à simplificação das citações.

não é mais do que a categoria de intelectual do grupo social dominante: O conceito de ‘classe política’ de Mosca deve ser aproximado do conceito de ‘elite’ de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social (...)” (Q. 8, § 24, p. 956-957).

Por meio de um alargamento do conceito de intelectual¹⁴, Gramsci chega à concepção de dirigente político, ou, em outros termos, à abordagem política do intelectual como um elemento decisivo para a construção da hegemonia dos grupos em disputa no interior das relações sociais de força. Na análise das relações que se estabelecem entre os intelectuais, as classes sociais e o Estado está a chave para a compreensão da formação e permanência dos grupos dirigentes, isto é, para a configuração da política como dividida entre classes dirigentes e dirigidas, governantes e governadas.

Interessa-nos especificamente compreender o processo de construção dos conceitos referentes a função dirigente dos intelectuais em seu contato crítico com a sociologia positivista nos *Quaderni del Carcere*. Para isto daremos voz a V. Pareto, para o qual – assim como para Gramsci – a divisão histórica da política entre governantes e governados não é nada além do que uma concepção elementar da política (T. v. 3, §2047, p. 260¹⁵, BUSINO, 1974, p.33). Trataremos, portanto, de analisar os parágrafos que relacionam os elementos de política, isto é, a divisão histórica entre dirigentes e dirigidos à “questão política dos intelectuais” conforme expressão utilizada por Gramsci no *Quaderno 11*.

CLASSE DIRIGENTE OU CLASSE ELEITA?

Nos *Quaderni* as primeiras notas referentes aos elementos de política aparecem no interior das questões prementes para o socialismo e sua organização, como aquelas referentes ao partido político e a construção da hegemonia de grupo na sociedade civil e na sociedade política. Contudo, com o desenvolvimento do tema, a conceituação da ciência política bem como o contato crítico com seus expoentes teóricos se tornarão mais explícitos.

¹⁴ Em carta à Tatiana de 07 de setembro de 1931, assim como no Q. 10, § 9, Gramsci afirma: “(...) eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo conduz também a certas determinações do conceito de Estado (...)” (GRAMSCI, 1977, p. 166).

¹⁵ Para simplificação do texto citaremos Pareto no *Trattato di Sociologia Generale* utilizando a letra “T”, seguida do volume de referência, do parágrafo e da página.

A preocupação com a organização e direção de classe pode ser verificada na nota de escritura única (texto B) registrada entre agosto e setembro de 1930 no Q. 3, cujo título é *Passato e presente. Agitazione e Propaganda*, na qual Gramsci sublinha o estreito nexo entre as classes sociais, os partidos políticos e seus dirigentes. Diz o autor:

“As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. (...) Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada” (Q. 3, § 119, p. 387).

Ao sublinhar que os partidos são expressão das classes sociais e elaboradores de dirigentes da sociedade civil e da sociedade política, Gramsci põe em relevo uma realidade política não imediatamente aparente: o pessoal dirigente de Estado e de Governo está diretamente relacionado às classes sociais. O autor ressalta, assim, o caráter de classe do Estado moderno, isto é, embora os intelectuais pudessem aparecer como uma classe autônoma, como uma casta, desligados do mundo da produção e dos seus interesses econômicos, estes somente poderiam se constituir enquanto dirigentes em função da atividade teórica e doutrinária dos partidos.

Neste contexto, o nexo entre dirigentes políticos e classes sociais não é apenas encoberto pelas concepções do senso comum, antes, é energicamente refutado pela teoria política elitista, o que empresta maior vigor a ideia do intelectual como casta. Ao utilizar a expressão classe eleita, intercambiável por *élite*, (T., v. 3, § 2031, p. 257) Pareto imprime um significado completamente diferente, ou mesmo antagônico, a uma categoria central da análise marxista – a classe. Seu método, ao contrário do que possa parecer, toma o indivíduo e não a coletividade como unidade de análise (Cf. T., v. 3, § 2037, p. 259). O autor não refuta a teoria da luta de classes, pelo contrário, considera que “há em Marx uma parte sociológica que é superior às outras, e que se encontra freqüentemente de acordo com a realidade”, que é “aquela da luta de classes” (PARETO, 1974, p. 693), contudo, a reinterpreta opondo a classe governante àquela governada, sendo as elites governantes formadas heterogeneamente, isto é, por indivíduos advindos de vários grupos sociais. Em outros termos, “na sociologia de Marx a distinção das classes é fundamental; na sociologia de Pareto, a distinção entre massas e elites é decisiva” (ARON, 2000, p. 411).

Como sublinha Burnham (1963, p. 46-47) para Maquiavel a política deve ser entendida primeiramente como a luta entre os homens por poder e privilégios. Pareto

adere de maneira literal a esta concepção, de forma que, em seu sistema, os conflitos ritmam a vida social por meio de uma luta que se estabelece entre indivíduos em disputa pelo poder (Cf. BUSINO, 1974, p. 30, 46). Neste sentido, a constatação de valor científico para Pareto não é a da ação organizada de classe como elemento de definição da vida política, mas o conflito intrínseco à vida social fundado sobre o indivíduo.

Para o economista de Losanna não há sentido em pensar a ação organizada de classe na medida em que as classes não agem como unidades concretas, isto é, como se fossem uma só pessoa (Cf. T., v. 3, § 2254, p. 391). Não há – segundo Pareto – uma “única vontade e que, graças a lógicas medidas, levem a efeito os projetos concebidos”, de forma que seria um equívoco dos socialistas imaginarem que a elite governante pudesse adotar medidas lógicas em conjunto para realizar programas (Cf. *idem*). Bonetti (1994, p. 59) destaca justamente o fato – para o qual A. Pizzorno havia chamado a atenção – que a refutação do igualitarismo e das “ilusões” de que a ação política possa transformar ou reformar a sociedade, tornando a ordem de qualquer maneira mais racional, isto é, “a refutação do iluminismo e da política dos intelectuais” seria um traço comum entre elitistas e conservadores românticos.

Deve-se levar em conta também que para Pareto nenhuma classe social é homogênea (PARETO, 1974, p. 180-181), “as classes sociais não são inteiramente separadas” porquanto “nas nações civis modernas ocorre uma intensa circulação entre as várias classes” (T., v. 3, § 2025, p. 254). Isto implica em que haja uma mistura de indivíduos dos diversos grupos da população, de forma que a classe governante é heterogênea, isto é, não é formada por um mesmo grupo social. Neste sentido, o conflito social não pode ser definido – segundo Pareto – apenas entre “capitalistas” e “proletários” (Cf. T., v. 3, § 2231, p. 377)¹⁶.

Pareto considera, deste modo, que no estudo dos fenômenos reais não se encontra homogeneidade na sociedade humana porquanto os “homens são diversos fisicamente, moralmente e intelectualmente” (T., v. 3, § 2025, p. 254). Em função disso,

¹⁶ A categoria capitalista carregaria em si, segundo o autor, diversidades ou até mesmo oposição de interesses, como aqueles que se estabelecem entre “empreendedores” e “rentistas”. Por exemplo, uma política de juros baixos seria útil aos empreendedores, enquanto para aqueles que vivem de juros provenientes de poupança tal política seria prejudicial (*idem*). As características psicológicas destes dois grupos definem diferentes interesses e ações. Enquanto os empreendedores possuiriam, sobretudo, resíduos da classe I e seriam impelidos a inovação, à astúcia, nos indivíduos que vivem de poupança prevaleceria os resíduos da classe II, portanto o espírito de conservação, de cautela (Cf. T., v. 3, § 2232, p. 378). Ambos, contudo, podem pertencer à classe governante, as diversas proporções nas quais as categorias dos empreendedores ou dos poupadores estão na classe governante “correspondem a diversos modos de civilização, e tais proporções estão entre as principais características que se devem considerar na heterogeneidade social” (T., v. 3, § 2236, p. 382).

na análise científica da sociedade deve-se tomar os indivíduos e não as classes sociais como unidade de análise, uma vez que estes indivíduos são as moléculas do sistema social, nas quais estão certos sentimentos manifestos pelos resíduos (Cf. T., v. 3, § 2080, p. 275). Sendo assim, o estudo da psicologia humana torna-se incontornável porquanto “toda obra do homem é obra psicológica”, “não só o estudo da Economia, mas também aquele de todos os outros ramos da atividade humana é estudo psicológico”¹⁷. Pareto considera, por esta razão, “pueril” a “distinção que se deseja fazer pela troca econômica entre o fato ‘individual’ e o fato ‘coletivo’” (Cf. T., v. 3, §2078¹, p. 273).

Contudo – de acordo com Gramsci – mesmo que as classes dirigentes não sejam homogêneas, isto é, ainda que elas incluam certo número de elementos vindos das classes subordinadas, estes serão agora parte do governo e da sua hegemonia e defenderão, portanto, os interesses deste governo. Uma vez que a hegemonia se refere ao processo de expansão e universalização dos interesses de classe para o conjunto da sociedade de forma que aparecem como interesses de Estado (Cf. Q. 13, § 17, p. 1584) a heterogeneidade dos grupos no governo tem pouco ou nenhum impacto sobre o caráter de classe deste governo. Conforme afirma Gramsci “a revolução feita pela classe burguesa na concepção do direito e portanto na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo” (Cf. Q. 8, § 2, p. 937).

Esta passividade da massa em relação as classes dirigentes - que aparece como um fato imutável à sociologia - seria resultado de um processo histórico e político de conformação social. O processo contrário, isto é, de ativação política e cultural da massa, então, corresponderia precisamente à criação da consciência de que “pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a determinado grupo” (*idem*), de forma que, se a consciência dos indivíduos das classes populares não é autônoma, torna-se politicamente submissa aos grupos sociais dominantes. Em outros termos, autoconsciência crítica significa, sobretudo, a compreensão da própria condição de classe e da luta de classes na sociedade.

Neste contexto teórico insere-se a questão registrada ainda em 1930 por Gramsci no Q. 4, § 49: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria de intelectuais?” Ao que o próprio

¹⁷ Conforme observa Medici (1990, p. 20), A. Lombardo já havia chamado a atenção para o fato de que está ausente igualmente em Mosca e Pareto qualquer empréstimo de tipo teórico da psicologia estreitamente entendida. Ambas as teorias não fazem mais que deduzir, no âmbito sociológico, “certos aspectos da psicologia humana, sem os quais não seria possível explicar as ações”.

autor responde:

“Todo grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, no campo econômico” (Q. 4, §49, p. 475).

Na medida em que encontram sua origem nas classes, os dirigentes políticos estão inseridos nas relações de forças sociais e representam, por esta razão, interesses de classes. De acordo com Gramsci, a concepção dos intelectuais como um grupo social destacado da luta de classes explica-se, entre outras, pela ação histórica dos intelectuais tradicionais, isto é, daquelas categorias de intelectuais preexistentes às novas formas de organização econômica e social, da qual os eclesiásticos constituíam um modelo exemplar. Eles, que monopolizaram durante muito tempo a ideologia religiosa e em decorrência a filosofia e a ciência de um longo período na história, influenciando a educação, a moral e a justiça e que – de acordo com Gramsci – podem ser considerados como categoria intelectual organicamente ligada a aristocracia fundiária, sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade na história e sua “qualificação”, de modo que colocam a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante (Cf. *idem*, p. 475). Na reescritura desta nota no Q. 12 (§1, p. 1515), o autor acrescenta que é justamente em virtude deste grupo eclesiástico que nasce a acepção geral de “intelectual” ou do “especialista”, isto é, da palavra “clérigo” e de seu correlativo “laico”, no sentido de profano, de não especialista, que subentende uma separação profunda entre o intelectual, o especialista e o homem simples da massa.

Enquanto o intelectual tradicional caracteriza-se, sobretudo, por representar a ética e a política tornadas anacrônicas em virtude da superação do modo de produção da vida que as sustentava, isto é, devido à implantação de um novo bloco histórico, o intelectual orgânico, pelo contrário, caracteriza-se pela sua ligação aos modernos grupos sociais, que emergem na medida em que superam uma situação social anteriormente dominada e dirigida por antigos grupos no poder. Neste sentido, deve-se compreender que “todo grupo social” cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais. A diferença entre o tipo de intelectual tradicional e o orgânico, portanto, é essencialmente seu compromisso de classe e, em consequência, a posição que assumem em relação à nova formação social, isto é, se é regressiva, se pretende a manutenção das concepções tradicionais, ultrapassadas, ou se é progressiva, isto é,

ligada as necessidades econômicas, políticas e éticas dos grupos sociais mais avançados (Cf. *idem*, p. 1513-1514). Diante disto torna-se evidente que a definição de intelectual nos *Quaderni* não pode ser encontrada nas qualidades intrínsecas às atividades intelectuais, mas no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades – bem como os grupos que as personificam – se encontram, isto é, no conjunto geral das relações sociais (Cf. *idem*, p. 1516).

Esta inovadora concepção da função política dos intelectuais, como já dissemos, é devedora – por contraste – das teorias sociológicas, objeto de crítica de Gramsci. O autor ressalta que a superação do senso comum que afirma a superioridade intrínseca dos dirigentes em relação à massa de dirigidos seria um estágio inicial para a criação de uma autoconsciência crítica pelas classes subalternas. Esta é claramente uma resposta às concepções essencialistas das correntes sociológicas, que ao fundamentar a superioridade da elite sobre a massa em características inerentes, isto é, em virtudes e capacidades pessoais, tornava insuperável o domínio das minorias dirigentes sobre a base da sociedade.

Pareto dispensa especial atenção a estas capacidades pessoais como elementos definidores da elite, isto é, para o autor estas separam as classes superiores daquelas inferiores e determinam, assim, a heterogeneidade social. O termo francês *élite* origina-se do verbo latino *eligere*, isto é, eleger, escolher (Cf. BIROU, 1973, p. 135)¹⁸. Pareto, no entanto, em *I sistemi Socialisti* nos remete ao sentido etimológico da palavra grega *aristos*, que significa “melhor” (Cf. PARETO, 1974, p. 131), indicando, destarte, a sinonímia entre os termos *élite* e aristocracia. O significado de “*aristos*”, isto é, “melhor”, não obstante, ilustra de maneira mais precisa o processo de formação das classes superiores porquanto no sistema paretiano estas se constituem de todos aqueles indivíduos que conseguiram os índices mais altos na sua específica área de atuação, alcançando, assim, lugares privilegiados na hierarquia social (T. v. 3, § 2026, p. 255). Pareto distingue dois tipos de elites, uma ampla, que se refere a todo tecido social, isto é, a todas as áreas de atuação dos indivíduos e outra elite, restrita, que se aplica apenas a elite de governo (T., v. 3, § 2032, p. 257). Especificamente para esta última o autor

¹⁸ Conforme W. Outhwaite e T. Bottomore (1996, p. 235) “a palavra *élite* foi usada na França no século XVII para descrever bens de qualidade particularmente superior. Um pouco mais tarde foi aplicada a grupos superiores de vários tipos” (Cf. tb. SILVA, et al., 1986, p. 389). Contudo, esta expressão “só viria a ser amplamente empregada no pensamento social e político por volta do final do século XIX, quando começou a ser difundida pelas teorias sociológicas das elites, propostas por V. Pareto (1916-19) e, de forma um pouco diferente, por G. Mosca (1896)” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 235).

volta sua atenção.

A teoria dos resíduos e das derivações constituem as principais categorias analíticas paretianas e podem ser consideradas centrais no *Trattato di Sociologia Generale*¹⁹. Tais categorias – sublinha Bonetti (1994, p. 55) – estão estreitamente ligadas com a teoria social e com a concepção ondulatória da história na sociologia de Pareto. Os resíduos são elementos psíquicos que estruturam as ações não lógicas dos homens e as derivações consistem na tentativa de lhes dar uma explicação lógica. De acordo com Pareto:

“Os resíduos são manifestações dos sentimentos. As derivações compreendem raciocínios lógicos, sofismas, manifestações de sentimentos empregados para derivar; eles são manifestações da necessidade de raciocinar que o homem sente” (T., v. 2, § 1401, p. 331).

Pareto divide os resíduos em seis classes²⁰ diferentes, duas delas serão centrais para o equilíbrio social: I. Instinto das combinações e II. Persistência dos agregados. Com a primeira classe, Pareto caracteriza “a inventividade humana, a busca do novo que nasce da inclinação a criar soluções vantajosas em todas as circunstâncias”, a segunda, por outro lado, “caracteriza a tendência conservadora do homem, que nasce do sentimento de devoção às normas estabelecidas e aos ideais da tradição” (BOVERO, 1975, p. 51). A classe governante é composta por indivíduos nos quais prevalecem os resíduos da classe I, que os habilitam a usar os atributos da “raposa”, isto é, a “astúcia, a fraude e a corrupção”, necessárias a manutenção do poder, enquanto na classe governada sobressaem os resíduos da classe II, nos quais estão ausentes as “ardilezas”, mas se faz presente a força dos “leões” (Cf. T., v. 3, § 2178, p. 339)²¹. A utilização das metáforas da raposa e dos leões é uma interpretação quase literal de Maquiavel, que as emprega para caracterizar o elemento férico da política, ilustrada por meio da figura do

¹⁹ De acordo com M. Bovero (1975, p. 47-49), embora Pareto seja conhecido pela sua “teoria das elites”, esta não constitui o tema principal da sua reflexão, ao contrário, ela ocupa um lugar substancialmente secundário na maior obra sociológica de Pareto, o *Trattato di Sociologia Generale*. A teoria dos resíduos e das derivações deve ser reputada a centralidade do pensamento paretiano de acordo com este autor.

²⁰I. Instinto das combinações, II. Persistência dos agregados, III. Necessidade de manifestar os sentimentos com atos externos, IV. Resíduos em relação à sociabilidade, V. Integridade do indivíduo e de suas dependências e VI. Resíduo sexual (T., v.2, § 888-889, p. 15-18)

²¹ Deve-se ter em mente que os resíduos apresentam-se sempre de forma composta nos indivíduos. Isto se deve à analogia que Pareto estabelece entre os resíduos e os elementos químicos existentes na natureza, que se apresentam sempre de forma composta. Estes compostos químicos seriam análogos aos compostos de resíduos, que aparecem sempre combinados (Cf. T. v. 3, § 2080, p. 275). A índole destas misturas e destes grupos se equilibram, de forma que o crescimento de determinado grupo de resíduos é compensado pela diminuição de outros e vice-versa. “Estas misturas e estes grupos, independentes ou dependentes que sejam, são agora por considerar-se entre os elementos de equilíbrio social” (*idem*).

Centauro, metade homem e metade animal (Cf. MAQUIAVEL, 2007, p. 171).

As elites governantes, portanto, são formadas pelos indivíduos mais adaptados a competição política, isto é, por aqueles que alcançaram o melhor desempenho neste preciso campo de atuação. Sendo assim as qualidades de governo se definem de modo intrínseco e estão sempre presentes em uma minoria de homens, de forma que se delineia um sistema estático, no qual mudam as formas históricas sem, contudo, mudar a substância elitista do Estado. Neste sentido, diz o economista de Losanna:

“Não se pode compreender estes acontecimentos, se não se separa a substância da forma. A substância é o movimento da circulação das *élite*, a forma é aquela que domina na sociedade onde o movimento acontece. Será uma disputa de literatos na China, uma luta política na Roma antiga, uma controvérsia religiosa na Idade Média, uma luta social nos nossos dias” (PARETO, 1974, p. 168-169).

Em outros termos, a mudança social está presente, mas apenas superficialmente e não pode ser classificada como uma transformação substancial, de maneira que após uma revolução a substância da divisão social permaneceria a mesma, o que mudaria seriam as formas, ou seja, seriam as diferentes elites que alcançam o poder e o caráter das disputas estabelecidas entre elas. Substancialmente, contudo, o governo é e será sempre ocupado por minorias. Em outros termos, para Pareto “a vida política é oligárquica” (BUSINO, 1974, p. 38).

Isto porque para Pareto todo sistema social tende ao equilíbrio, tal qual o sistema mecânico proposto pelas ciências físicas (Cf. BOVERO, 1975, p. 48). A sociedade, neste sentido, é concebida como “um conjunto de fenômenos interdependentes em estado de equilíbrio, de forma que a uma modificação induzida pelo exterior segue uma reação tendente a reportar o sistema a sua condição originária” (*idem*). O economista de Losanna não pretende que este estado de equilíbrio seja confundido com uma completa imobilidade porquanto o caracteriza como um “equilíbrio dinâmico”, isto é, um movimento que tende à repetição (Cf. T. v. 3, § 2072, p. 271). Na sociologia paretiana “o movimento social acontece segundo uma curva ondulada”, os fenômenos se repetem, no entanto, “é difícil prever pelos fatos passados o sentido futuro de tal movimento” (PARETO, 1974, p. 149). Isto significa que a história ocorre em ciclos, contudo em numerosas etapas (Cf. BUSINO, 1974, p. 46). Esta é de fato uma das características daquilo que se tem convencido chamar de herança maquiaveliana (Cf. MEDICI, 1990, p. 33-34), que está fortemente presente na obra de Pareto.

No sistema paretiano, portanto, ainda que mudem as classes no poder, em

substância a *realtà effettuale* é a mesma, isto é, “na realidade não existe mais que os homens que governam e os que são governados” (PARETO, 1987, § 656, p. 688-95). O fundamento da política neste sentido, não estaria na constituição jurídica do Estado, este seria uma mera abstração para Pareto (*idem*). Na análise social – ressalta o autor – “não se deve confundir o estado de direito com o estado de fato; somente este último importa para o equilíbrio social” (T., v. 3, § 2046, p. 260). O estado de fato consiste na divisão da sociedade em dois estratos, um superior – “no qual estão os governantes” – e outro inferior “onde estão os governados” – este seria um evento patente “que em todo tempo se impôs ao observador, até mesmo aos menos argutos” (T., v. 3, § 2047, p. 260).

Partindo do exame destas concepções essencialistas da sociologia, Gramsci procura superar a idéia da separação entre os homens fundamentada nas qualidades pessoais, por isso nega a concepção do intelectual como uma capacidade individual – “todos os homens são intelectuais” – afirmando, em seguida, que as diferenças se referem às funções diversas desempenhadas no conjunto das relações sociais, por isso “nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Q. 12, § 1, p. 1514). Gramsci procura “destruir” estas concepções que haviam se tornado senso comum, isto é, de que existiria uma separação de natureza entre intelectuais e simples, de forma que insere no âmbito da política e da história aquilo que havia se tornado um pressuposto para a ciência e para arte política – a passividade das massas.

Para isto, o autor eleva todos os homens à qualidade de filósofos (cf. Q. 11, § 12, p. 1375), o que obviamente não significa dissolver a filosofia enquanto pensamento sistemático e coerente no senso comum, mas sim “destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou filósofos profissionais e sistemáticos” (*idem*).

A superação deste senso comum que afirma a superioridade intrínseca dos dirigentes em relação à massa de dirigidos apresenta-se como um estágio inicial para a criação de uma autoconsciência crítica pelas classes subalternas. A elite de intelectuais, contudo, não deixa de ser necessária, pelo contrário, apresenta-se como elemento fundamental para a superação da passividade das massas. Neste sentido o Q. 8, § 169, escrito em novembro de 1931 e transcrito²² no Q. 11 § 12, cuja redação ocorre entre

²² Ampliado e associado a outras notas A do Q. 8 (§§ 204, 205, 213, 220) e da única nota A do Q. 10 (parte II, § 21). Não há entre a primeira e a segunda escritura uma alteração substancial de conteúdo,

junho e julho de 1932 é de especial valor. De acordo com o texto:

“Todavia, nos mais recentes desenvolvimentos da filosofia da práxis, o aprofundamento do conceito da unidade entre teoria e prática permanecem ainda numa fase inicial (...). Parece justo que também este problema deva ser colocado historicamente, isto é, **como um aspecto da questão política dos intelectuais**. Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem o aspecto teórico da ligação teoria-prática que se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (Q. 11, § 12, p. 1386, grifos nossos).

Ao adotar o critério metodológico de leitura dos fenômenos sociais a partir das relações de força estabelecidas entre os grupos em disputa na sociedade civil e na sociedade política (Cf. Q. 13, § 17, p. 1578-1589), a passividade intrínseca do homem da massa passa a ser interpretada como uma condição ética e política de subalternidade, histórica e socialmente determinada. Gramsci apresenta o homem simples da massa como um indivíduo racional, intelectualmente apto à filosofia crítica, contudo, ainda imerso em concepções acríticas herdadas do passado, sobretudo da religião e do senso comum. Diante disto, a autoconsciência crítica somente é possível na medida em que ocorra uma elaboração própria da concepção de mundo, de uma maneira consciente, isto é, no momento em que o sujeito consegue ser o “guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade” (Cf. Q. 11, § 12, p. 1375-1376).

Marca da consciência acrítica, imersa no senso comum, é o desacordo entre o pensar e o agir, entre “a concepção que é logicamente afirmada como um fato intelectual” e aquela “que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação”, de forma que a conduta não pode ser autônoma, mas submissa e subordinada (Cf. *idem*, p. 1379). Contudo, a consciência dos interesses de classe não é automática ou espontânea, somente é possível por meio da política, mais precisamente por meio da organização política. Neste sentido diz Gramsci: “não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção

pequenas alterações de termos, contudo, devem ser notadas: especificamente no excerto abaixo citado o termo “vanguarda” do texto A aparece como “elite” no texto C. O termo elite ocorre já em várias notas A, contudo, neste caso específico é significativo, já que Gramsci está tratando diretamente da função política dos intelectuais em consonância com a divisão entre dirigentes e dirigidos, o que estabelece uma relação direta com a teoria das elites.

de mundo são, também elas, fatos políticos” (*idem*).

Serão precisamente os intelectuais, como organizadores e dirigentes políticos de classe, o elemento teórico que ao unir-se organicamente ao elemento prático das massas tornarão possível a crítica do desacordo entre o pensar e o agir, o que está diretamente implicado na concretização da autoconsciência das classes subalternas. De acordo com Gramsci “o problema deve ser colocado historicamente, isto é, como um aspecto da questão política dos intelectuais”. Depreende-se disto que a construção histórica de um movimento cultural expressivo, capaz de operar mudanças significativas nas correlações de forças sociais somente é possível na medida em que, por meio da unidade entre filosofia e política, se forma um novo bloco intelectual e moral, capaz de unificar teoria e prática, intelectuais e simples (cf. *idem*, p. 1382).

Em outros termos, a filosofia, a política e a história concatenam-se no interior da “questão política dos intelectuais”. A elite de intelectuais neste contexto não se define pelo seu contraste em relação à massa, ao contrário, ela se define pela sua ligação orgânica com ela. Sua função é precisamente diretiva e organizativa, movida em direção à criação de novos estratos intelectuais vindos das classes populares.

A formação de um novo bloco intelectual-moral a partir da unidade orgânica entre intelectuais e simples caracteriza-se, assim, como um dos alicerces da filosofia da práxis²³. Esta – esclarece Gramsci – assume uma posição antitética aos grupos conservadores, em especial aos grupos católicos, na medida em que “afirma o contato entre intelectuais e simples não para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas”, pelo contrário, a filosofia da práxis opera no sentido de tornar politicamente possível “um progresso intelectual de massa e não

²³ De acordo com Médici (2000, p. 11-12) a expressão “filosofia da práxis” está ligada a certa interpretação do marxismo caracterizada como marxismo italiano. Ela foi elaborada primeiramente por Labriola e mais tarde enfatizada por Gentile nos seus ensaios dedicados à pesquisa da filosofia marxista. A autora sublinha que em sua obra *Discorrendo di socialismo e filosofia*, de 1897, publicada em *La Concezioni materialistica della Storia*, Labriola considera a “filosofia da práxis” como o “miolo” do materialismo histórico (*idem*, p. 12). Conforme esclarece Médici, sobre o assunto Michele Martelli teria ressaltado a importância de perceber as mudanças no léxico adotado por Gramsci: a partir do Q. 10 e 11, o autor substitui quase sempre pela nova expressão “filosofia da práxis” a fórmula “materialismo histórico” usada antes (o termo marxismo é menos utilizado) (Cf. *idem*). É possível perceber também que há uma inclinação em substituir o termo “marxismo” na reescritura das notas. Contudo, esta reescritura não aparece na totalidade dos casos e não é fácil identificar o critério com o qual Gramsci alterna o uso dos termos. A questão é controversa e, ao que parece, ainda não se chegou a uma resposta consensual. Para Médici indubitavelmente “não se trata simplesmente de uma expressão sinônima e não significativa, no mesmo sentido admite Gerratana que a expressão “filosofia da práxis” “não é para Gramsci somente um termo convencional”, dado que era utilizado também antes da “reforma criptográfica” feita por Gramsci no curso de 1932 (cf. *idem*, p. 11). Contudo, o mesmo Gerratana adverte cautela ao atribuir significado às variantes criptográficas, dado que aquela revisão ocorre concomitantemente a uma “revisão estilística e conceitual” (Cf. *idem*, p. 36, nota 6).

apenas de pequenos grupos intelectuais” (Cf. *idem*, p. 1384-1385).

Gramsci, ao estabelecer um nexu orgânico entre filosofia, política e história insere a criação da elite de intelectuais no interior de uma luta concreta pela conquista de hegemonia entre os grupos antagônicos na sociedade. Para o autor “a compreensão crítica de si mesmo é obtida através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes” (*idem*, p. 1385), de forma que os grupos sociais mais aptos a criar seus próprios intelectuais serão também aqueles mais capazes de universalizar seus interesses de classe para o conjunto da sociedade por meio do consenso em torno de suas demandas, tornando-se efetivamente classe dirigente²⁴. Nesta luta de hegemonias, os partidos políticos alcançam um significado central na medida em que “são os elaboradores das novas intelectualidades integrais” (*idem*, p. 1387). Em outros termos, “estabelecido o princípio de que existem dirigidos e dirigentes, governados e governantes (...) os partidos são até agora o modo mais adequado para elaborar os dirigentes e a capacidade de direção” (Q. 15, §4, p. 1753).

De acordo com o autor, os partidos políticos alcançam significado e importância centrais no mundo moderno na medida em que funcionam como veículos de elaboração e difusão de concepções de mundo, isto é, como elaboradores da filosofia e da política adequadas aos grupos sociais (cf. *idem*). Neste sentido a relação entre teoria e prática no interior dos partidos deve ser tão estreita quanto mais “vitalmente e radicalmente inovadoras” forem as novas concepções de grupo em relação aos antigos modos de pensar (Cf. *idem*). Isto implica em que as classes subalternas, que pretendem substituir os grupos no poder, devem necessariamente – pelo seu caráter inovador e antagônico – construir um bloco intelectual e moral mais compacto.

Esta inovação só pode tornar-se de massa em seus primeiros estágios – adverte o autor – “por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual e coerente, sistemática e vontade precisa e decidida” (*idem*). A afirmação da necessidade de uma elite dirigente no partido, portanto, constitui-se no ponto de partida de um processo que se move no sentido de eliminar as diferenças entre dirigentes e dirigidos. Contudo, tal como a

²⁴ De acordo com Gramsci “uma classe é dominante de dois modos, isto é, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias (...). Pode-se e deve-se ser uma ‘hegemonia política’ também antes da chegada ao Governo e não há necessidade de fundar somente sobre o poder e sobre a força material que ele proporciona para exercitar a direção ou hegemonia política” (Q. 1, § 44, p. 41). Note-se que o termo hegemonia aparece tanto como direção e dominação de classe, quanto como sinônimo de consenso, distinto de coerção, ou de direção de uma classe ou grupo social sobre as classes e grupos aliados antes da chegada ao governo.

unidade entre teoria e prática, a eliminação da separação entre dirigentes e dirigidos é um devir, ou seja, não pode ser realizado de um salto, mas somente como parte de um processo histórico, neste sentido diz o autor: “uma parte da massa, ainda que subalterna, é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não só como antecipação teórica, mas também como necessidade atual” (*idem*, p. 1389).

Destarte, O resultado da crítica marxista sobre a ciência política herdeira de Maquiavel consiste na superação da concepção de natureza humana fixa e imutável, isto é, na historização das diferenças sociais em oposição às interpretações essencialistas da sociologia da época, passando, assim, à formulação do problema em termos essencialmente políticos. Para isto Gramsci articula o pensamento do secretário florentino ao marxismo, a nota do Q. 4, § 8, de maio de 1930, sob o título *Maquiavel e Marx*, traz importantes esclarecimentos sobre isto:

“A inovação fundamental introduzida por Marx na ciência política e histórica em confronto com Maquiavel é a demonstração que não existe uma ‘natureza humana’ fixa e imutável e que, portanto, a ciência política deve ser concebida no seu conteúdo concreto (e também na sua formulação lógica?) como um organismo historicamente em desenvolvimento. Em Maquiavel deve-se observar dois elementos fundamentais: 1) a afirmação que a política é uma atividade independente e autônoma, que possui seus próprios princípios e suas leis diversas daquelas da moral e da religião em geral (esta posição de Maquiavel possui um grande significado filosófico, porque implicitamente inova a concepção da moral e da religião, isto é, inova toda a concepção de mundo); 2) conteúdo prático e imediato de arte política estudado e afirmado com objetividade realística, em dependência da primeira afirmação” (p. 430-431).

Conforme destaca A. Bianchi (2008, p. 144), no interior do *Quaderno 4* o “estudo da obra de Maquiavel e de seus comentadores passava a fazer parte de uma abrangente investigação sobre o conceito de política e a atividade política no âmbito de uma filosofia da práxis”. Esta superação desloca o foco da análise política maquiaveliana, isto é, a natureza humana já não pode mais ser fonte de explicações causais de fenômenos políticos porque na “história moderna o ‘indivíduo’ histórico-político não é o indivíduo ‘biológico’, mas o grupo social” (Q. 6, §10, p. 690), de forma que o conhecimento das realidades políticas encontra nas relações sociais de força seu objeto central. A recusa de uma natureza humana fixa – afirma Bianchi (*idem*, p. 146) – permitiu “a Gramsci livrar-se de uma concepção cíclica do tempo sem com isso abrir

mão daquela importante sensibilidade histórica”, libertando, assim, “o pensamento de Maquiavel das amarras que lhe eram impostas por aquela ideia de natureza humana, revelava-se seu núcleo racional” (*idem*).

Gramsci evidencia, destarte, a objetividade do pensamento de Maquiavel, sobretudo porquanto define a política “como atividade independente e autônoma, que possui seus próprios princípios e suas leis diversas daquelas da moral e da religião em geral”. Contudo, esta objetividade não está destacada de um programa de ação, isto é, Maquiavel estaria interessado pelo “dever ser e não apenas pelo ser” (Cf. Q. 13, § 16, p. 1577). A aproximação entre Marx e Maquiavel é estabelecida por Gramsci justamente em virtude deste caráter objetivo que se une a um programa de ação, isto é, de ciência das realidades políticas, que, pela sua objetividade, pode ser utilizada tanto por “reacionários quanto por democráticos” (Cf. Q. 4, § 8, p. 431), mas que serve, sobretudo, a classe revolucionária. O realismo de Maquiavel e de seus herdeiros experimenta, assim, uma complexificação porquanto Gramsci foi além da “tradicional análise que via em *Il Príncipe* uma reflexão sobre a política como ela é e percebia, nesse texto, uma reflexão articulada a respeito do ser e do dever ser da política” (BIANCHI, 2008, p. 152).

Maquiavel – diz Gramsci – dirige-se “a quem não sabe”, “a quem não é nascido na tradição dos homens de governo”. Estes últimos já conheciam os liames do poder por educação e tradição de família e que, portanto, não necessitavam que Maquiavel lhes esclarecesse nada. “E quem não sabe?” – observa o autor – ao que ele mesmo responde: “a classe revolucionária do tempo, o povo e a nação italiana”. Para Gramsci, portanto, Maquiavel teria pretendido, sobretudo em *Il Príncipe*, não apenas “uma pura atividade científica”, mas antes de tudo, a educação das classes populares, das quais deveria nascer um líder que soubesse o que fazer e um povo que entendesse que o líder agiria em seu interesse.

Em outros termos, Maquiavel teria pretendido a formação de uma autêntica direção vinda das classes populares que pudesse agir em seu interesse. Acrescenta o autor: “esta posição de Maquiavel se repete em Marx” (Cf. *idem*). Gramsci, portanto, faz uma leitura democrática de Maquiavel com conteúdo revolucionário, de forma que sua interpretação do secretário florentino se faz da perspectiva dos governados e não dos governantes, em oposição aos elitistas. Deve-se observar, também, que somente na segunda versão desta nota no Q. 13, § 20, escrita entre maio de 1932 e início de 1934, Gramsci faz referência direta aos elementos de política. Ao discorrer sobre os possíveis

motivos pelos quais a concepção de Maquiavel da política como ciência autônoma, com princípios e leis diversos da moral e da religião, ainda não conseguira se tornar “senso comum”²⁵ observa o autor:

“O que significa isso? Significa apenas que a revolução intelectual e moral cujos elementos estão contidos *in nuce* no pensamento de Maquiavel ainda não se efetivou, não se tornou forma pública e manifesta na cultura nacional? Ou será que tem um mero significado político atual, *serve para indicar apenas a separação existente entre governantes e governados, para indicar que existem duas culturas, a dos governantes e a dos governados*, e que a classe dirigente, como a Igreja, tem uma atitude em relação aos simples ditada pela necessidade de não se afastar deles, por um lado, e, por outro, de mantê-los na convicção de Maquiavel nada mais é do que uma aparição diabólica? Põe-se assim o problema do significado que Maquiavel teve em seu tempo e dos fins que ele se propunha ao escrever seus livros, especialmente *Il Principe*” (Q. 13, § 20, p. 1599, grifos nossos).

A referência aos elementos de política torna-se explícita apenas na segunda versão das notas do cárcere, isto é, o diálogo com a teoria das elites torna-se mais direto a partir de 1932. É por meio dele que Gramsci procura ressaltar que a luta de hegemonias se faz também pela disputa teórica, isto é, a interpretação do pensamento de Maquiavel deve ser tomada como parte da luta ideológica travada com as classes dirigentes, principalmente com a Igreja, que procurava afastar a interpretação democrática de Maquiavel, fazendo dele uma “aparição diabólica”, mantendo, portanto, “aqueles que não sabem” na sua ignorância e passividade.

Depreende-se disto que a interpretação gramsciana de Maquiavel pode ser tomada como metáfora²⁶ do dirigente de tipo novo, capaz de unificar a nação em torno de mudanças sociais efetivas, ou seja, como protótipo do partido político capaz de dirigir a reforma intelectual e moral, que conforme diz o autor, está contida *in nuce* na doutrina de Maquiavel (Cf. *idem*, p. 431). É preciso destacar, contudo, que este sentido simbólico do *condottiero* carrega em si um valor teórico-político de importância central para a luta de hegemonias.

OS ELEMENTOS DE POLÍTICA: campo de acordo e de confronto

²⁵ O termo vem entre aspas para indicar que o seu uso difere da aplicação mais comum como concepção heteróclita e incoerente das massas. Para o autor toda concepção de mundo para que tenha um conteúdo concreto, isto é, para tornar-se história deve difundir-se, deve tornar-se senso comum de uma época, isto é, tornar-se “forma pública e manifesta na cultura nacional” (Cf. p. ex. Q. 1, § 65, p. 75-76; Q. 8, § 175 e 213.III, p. 1047 e 1071).

²⁶ Para Medici, Maquiavel no pensamento de Gramsci assume, sobretudo, o sentido simbólico da inovação política (Cf. *idem*, p. 140-141)

Gramsci, assim como Pareto, ao referir-se aos elementos de política utiliza os termos “governantes e governados” e, menos frequente no vocabulário elitista, “dirigentes e dirigidos”, entretanto, nenhum dos autores inclui “dominantes e dominados” nesta equação. O ponto de partida de ambos os autores – a divisão histórica da política entre governantes e governados – é uma realidade política imediatamente observável, uma constatação elementar, contudo, como vimos, seus desdobramentos na ciência política de Gramsci e de Pareto percorrem caminhos diametralmente opostos. Por este motivo, torna-se necessário examinar se a ausência dos termos dominantes e dominados também se deve a razões radicalmente diferentes.

Embora Pareto admita a força e consenso como meios de governo (Cf. T., v. 3, §2251, p. 388), é claramente perceptível no conjunto de sua obra uma sobredeterminação da força. Diante da concepção da massa como intrinsecamente inapta para a política, o consenso não pode ser entendido como um meio de ativação política e intelectual desta, pelo contrário, ele assume uma forma muito mediada pela força, tornando-se efetivamente “o meio para a conservação de um estático equilíbrio das relações sociais vigentes” (Cf. SGAMBATI, 1977, p. 615).

O consenso, no sentido em que o autor emprega, significa, sobretudo, persuasão – que não se contrapõe a força – ao contrário, é justamente um meio para assegurar a força. No entanto, “não são persuadidos todos os membros de uma sociedade, sem exceção; para assegurar o sucesso são persuadidos apenas uma parte deles: a parte que tem a força, ou que é a mais numerosa, ou por outras razões” (PARETO, 1974, p. 156). Neste sentido, a persuasão orienta-se pela força, isto é, devem ser convencidos aqueles que podem oferecer resistência efetiva ao governo. Diz o autor “é com a força que as instituições sociais se estabelecem; é com a força que se mantém” (*idem*). Desta forma, a persuasão evitaria o embate direto entre o governo e os membros da sociedade que teriam força para fazer-lhe oposição.

Aparece, assim, uma explícita identificação entre consenso e astúcia, isto é, uma assimilação quase total entre persuadir e enganar (Cf. MEDICI, 1990, p. 53-54). De modo que, como afirma Medici, “talvez sem perceber Pareto transforme a imagem semiferina da política, presente no Centauro maquiaveliano, em uma imagem totalmente ferina (a raposa e o leão), anulando quase totalmente aquele lado humano que Maquiavel conservava” (*idem*). Por conseguinte, tomar a força e a fraude como meios ordinários de governo implica em tornar a dominação parte dos processos

regulares da política concreta. Em Pareto, portanto, há uma convergência entre o ato de governar, ou dirigir, com aquele de dominar.

Diante disto não há sentido em distinguir o governo, nos meios que lhe são próprios, da dominação deste governo, este problema simplesmente não se coloca. Por esta razão o autor não concorda com Mommsen – um dos historiadores consultados por Pareto para a análise da história política de Roma – quando este emprega a expressão “passam das fileiras dos oprimidos para a fileira dos opressores” ao referir-se a chegada no poder de uma nova elite. De acordo com Pareto “os termos *oprimidos* e *opressores* são exagerados” porquanto “não se trata de nada além de uma nova *élite* que chega ao poder” (Cf. PARETO, 1974, p. 160, nota a, grifos do autor).

A concepção da massa de governados como um conjunto de indivíduos intrinsecamente inertes e sem vontade autônoma encerra toda possibilidade de organização política de classe ou de qualquer processo educativo popular, levando a única conclusão possível: “com ou sem sufrágio universal, é sempre uma oligarquia que governa e que sabe dar à ‘vontade do povo’ a expressão que deseja” (BONETTI, 1994, p. 61, Cf. tb. T., v. 3, § 2170-86, p. 335-349). Nestas condições o melhor cenário possível seria o bom governo de uma elite que sabe fazer uso da força para manter a estabilidade social, não permitindo que o Estado se desintegre em pequenos estados e que o poder seja diluído em pequenos grupos, ocasionando, assim, a desordem social e o caos (T., v. 3, § 2055, p. 263).

Contudo, conforme ressalta Bonetti (1994, p. 32), essa sobredeterminação da força no sistema paretiano não é incompatível com sua preferência pelas instituições liberais, “também estas para ser efetivamente operantes, têm necessidade da ‘força’, que é, em primeiro lugar, a vontade de defender o ordenamento jurídico no qual toda *élite* (compreendida naturalmente aquela liberal) encontra concretamente o próprio sistema de valores e a própria concepção da sociedade”. As críticas mais agudas são desferidas à *Destra Storica* porquanto – para Pareto – esta não teria conseguido ser a continuadora do liberalismo cavourniano. Sua tarefa seria a de dar credibilidade àquela tradição liberal e de fazer frente à esquerda como defensora das liberdades econômicas contra as invasões do poder do Estado, isto é, deveria ter sustentado as liberdades econômicas contra o socialismo. A *Destra Storica* teria, então, traído os seus princípios e assim perdido a razão de existir (Cf. *idem*, p. 14).

A convicção de que a “a democracia é a pior inimiga da liberdade” torna-se crescentemente maior na medida em que Pareto testemunha a atuação das elites de

governo dos Estados democráticos da Europa Ocidental, cada vez mais favoráveis ao intervencionismo e ao protecionismo (Cf. *idem*, p. 39-40). Para Pareto, na medida em que não se vê contradição entre o proclamar o homem como soberano e o pretender depois regular por lei toda a sua vida, a democracia passa ao campo da fé, afastando-se de uma ordem racional (Cf. *idem*, p. 42). Como observa Bonetti, a democracia, assim, passa a ser compreendida por Pareto como uma fé tal qual qualquer outra, que para se realizar tem necessidade da força “porque pela força nascem as opiniões e o direito” (*idem*).

Em função da atuação das elites da Europa ocidental, de uma política que Pareto julgava desastrosa porquanto havia conduzido a uma profunda crise, principalmente no pós-guerra²⁷, acumulando tensões ao ponto de que “qualquer novo Lênin” pudesse se impor (Cf. *idem*, p. 77-78), o “último Pareto” acaba por aceitar o fascismo, de acordo com Bonetti, depois de considerações e reservas mais “por razões de realismo político do que por efetiva simpatia moral com o novo regime” (*idem*). O fascismo – para Pareto – teria “restabelecido a autoridade do governo e da ordem pública”, num primeiro momento como “uma realização espontânea” da população contra a “tirania vermelha” às quais os governos precedentes haviam concedido toda licença, numa segunda fase como “doutrina orgânica do Estado” (PARETO, 1974^a, p. 738-739). O fascismo – de acordo com Pareto – se diferenciou de seus adversários justamente por ser um “governo potente” que se apoiou sobre a força armada acima de sentimentos ideais (Cf. *idem*, p. 740).

Para Gramsci, por outro lado, a direção e o governo de Estado compreendem o elemento de dominação, mas neste caso ela é caracterizada “por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força suplante em muito o consenso,

²⁷ No artigo *Contraddizioni* escrito por Pareto em agosto de 1919 se encontra uma síntese das críticas do autor à política econômica da época, cujo intervencionismo na economia, bem como as leis de proteção social e do trabalho representaram para Pareto erros evidentes, agravados com a guerra e tornados insolúveis. Diz o autor: “é ainda evidente que, se trabalha-se menos e consome-se demais, segue-se um desequilíbrio que conduz agora à necessidade econômica. Quem, de uma parte, aprova a redução das horas de trabalho, as contínuas greves, tornadas agora um divertimento, o trabalho dissuadido, o ócio crescente, e, de outro lado, os salários acrescidos, que favorecem maior consumo, sem que ao menos sejam compensados pelo aumento dos preços (...), os prêmios de todos os gêneros dados a certas classes de cidadãos, e outras coisas similares que operam no sentido de aumentar o consumo, quer propriamente que a uma deficiente produção corresponda um superabundante consumo, e já que isto não é absolutamente possível parece um contraste dos índices e medidas de aumento dos preços. Os governos, para gerar fundos para todas estas medidas, recorre ao aumento de impostos, aos empréstimos (...). Tais contradições tem origem no fato que as circunstâncias impelem a querer dissolver problemas insolúveis, e é precisamente isto que torna muito grave e perigosa a crise que, de todo modo, devia seguir depois da guerra” (PARETO, 1974^a, p. 558).

ao contrário, apareça apoiada pelo consenso da maioria” (Q. 1, § 48, p. 59). O predomínio da força, portanto, não está incluído entre os elementos de política, embora esteja presente na política concreta, em especial na Itália, isto certamente possui um sentido específico no edifício teórico gramsciano.

A desnaturalização da passividade da massa e a consideração do partido político como veículo de formação de uma nova hegemonia cultural e política emprestam às conclusões de Gramsci contornos radicalmente opostos aos do elitismo acerca do governo das minorias. O “exercício ‘normal’ da hegemonia no terreno tornado clássico pelo regime parlamentar” (*idem*) compreende a possibilidade dos grupos subalternos constituírem seus aparelhos privados de hegemonia, isto é, embora em condições materiais diferentes, podem – na medida de suas forças – difundir suas concepções de mundo e disputar o consenso na sociedade. A classe no poder, neste sentido, mantém sua hegemonia não apenas pela força do aparelho repressivo de Estado sobre os grupos que não consentem, mas também por meio do consentimento ativo das classes aliadas.

Contudo, se a classe dirigente perde o apoio da sociedade civil em virtude de seu fracasso em “algum grande empreendimento político para qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra)” ou porque as grandes massas populares saíram subitamente da passividade política e passaram a apresentar reivindicações potencialmente subversoras da ordem – “abre-se o campo para soluções de força” (Cf. Q. 13, § 23, p. 1603). Esta classe deixa de ser dirigente, tornando-se unicamente dominante, “detentora de pura força coercitiva”, neste contexto se verificariam os “fenômenos doentios mais variados” (Cf. Q. 3, §34, p. 311-312).

Historicamente esta crise de hegemonia encontrou na centralização burocrática do Estado a solução para manutenção da dominação das classes no poder, isto é, para evitar sublevações violentas vindas das classes subalternas. Este processo se torna mais claro na análise de Gramsci sobre a política italiana. De acordo com o autor, desde o *Risorgimento* o Estado italiano teria assumido a função dirigente que caberia aos partidos. Gramsci sublinha que “o dirigente pressupõe os dirigidos” e na Itália risorgimental nenhuma classe queria “dirigir”, isto é, “acordar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos”, desejavam, antes, somente dominar, isto é, desejavam que seu interesse dominasse e não exatamente as pessoas, de forma que o Estado do Piemonte como uma “força nova, independente de todo compromisso e condições”, se tornou um “árbitro da Nação” (Cf. Q. 15, §59, p. 1822).

Esta sobredeterminação do “Estado-Governo” que se mostrou permanente na

política italiana teve como consequência, sobretudo, a fraqueza dos partidos políticos italianos (Cf. Q. 3, § 119, p. 387). O Governo – de acordo com Gramsci – teria operado como um “partido” não para harmonizar seus interesses aos interesses estatais e nacionais, mas para desagregar os partidos, “para separá-los das grandes massas e ter ‘uma força de sem-partido ligada ao governo por vínculos paternalistas de tipo bonapartista-cesarista’” (*idem*). A burocracia de Estado, em decorrência, se apartou do país, de forma que através das posições administrativas, tornou-se um “verdadeiro partido político”, de acordo com Gramsci, “o pior de todos, porque a hierarquia burocrática substituiu a hierarquia intelectual e política”: a burocracia tornou-se justamente “o partido estatal-bonapartista” (Cf. *idem*, p. 388).

Ao estabelecer vínculos paternalistas com as massas, o Estado não permitiu aos organismos de classe o desempenho das tarefas necessárias para educação e preparação política da base da nação. De acordo com Karl Mannheim esta foi precisamente a atuação do Estado fascista (*Apud* ALBERTONI, 1985, p. 356). Mannheim, ao lado de James Burnham e de José Ortega y Gasset são concordes em afirmar que o fascismo, diante do fenômeno ascensional das massas, buscou soluções hierárquicas, centralizadas em um pequeno grupo de homens, senão em um só homem (Cf. *idem*). Ortega y Gasset lembra que embora os “homens médios” tenham conseguido apropriar-se rapidamente das técnicas e dos meios de expressão da vida moderna, não se mostraram preparados cultural e espiritualmente para cumprir a tarefa a eles confiadas (Cf. *idem*, p. 356-357).

Esta centralização burocrática do Estado encontra no fenômeno do *transformismo* os elementos necessários para, ao mesmo tempo, impedir o rompimento da dominação da classe no poder e evitar a sublevação violenta das classes populares que poderia resultar num processo revolucionário. O *transformismo*, que na sociologia de Pareto é descrito como uma das modalidades de “circulação das elites”, é – de acordo com Gramsci – “expressão política de uma ação de direção” que se caracteriza pela “absorção dos elementos ativos vindos das classes aliadas e também daquelas inimigas”, de forma que “a direção política torna-se um aspecto do domínio, enquanto a absorção das elites das classes inimigas leva a decapitação destas e a sua impotência” (Q. 1, § 44, p. 41). Note-se que, neste caso, ocorre uma inversão da fórmula da hegemonia referida antes, isto é, o domínio não pode mais ser caracterizado como um aspecto da direção, ao contrário, “a direção política torna-se um aspecto do domínio”.

Gramsci utiliza também o termo corrupção-fraude para se referir ao fenômeno

do *transformismo*. Segundo o autor, a corrupção-fraude, que se interpõe entre a força e o consenso, consiste precisamente no enfraquecimento e na paralisia do antagonista “causada pela absorção de seus dirigentes, veladamente em via normal, abertamente em caso de perigo iminente, para lançar a confusão nas fileiras adversárias” (Q.1, § 48, p. 59). Como já dissemos, a fraude e a corrupção são também soluções de força e de domínio, de forma que no pensamento político de Gramsci não podem, sob nenhuma circunstância, ser tomadas como processos ordinários da política.

Evidencia-se, assim, que a centralização burocrática na medida em que substitui a hierarquia intelectual e política e que absorve os elementos ativos da massa, evita a constituição de lideranças populares organicamente ligadas às classes subalternas, impede a unidade orgânica entre teoria e prática, entre as camadas intelectuais e as massas populares, entre governantes e governados. Na burocratização dos órgãos políticos, sustenta Gramsci, “não existe unidade, mas pântano, superficialmente calmo e ‘mudo’, e não federação, mas ‘saco de batatas’, isto é, justaposição mecânica de ‘unidades’ singulares sem conexão entre si” (Q. 13, § 36, p. 1635).

Diante disto, conclui-se que a dominação por parte de grupos minoritários que se constituem em elites burocráticas sobre a massa amorfa e dominada não pode ser incluída entre os elementos de política justamente porque define uma deformação do funcionamento normal da política. Como sublinha Gramsci, a existência de dirigentes e dirigidos, governantes e governados transformou-se num dos “pilares da política e de qualquer ação coletiva” (Q. 15, § 4, p. 1.752). Ela não é, portanto, um problema exclusivo da democracia liberal, mas configura-se também como um problema para a teoria e prática socialista. Em outros termos, a divisão entre dirigentes e dirigidos constitui, de fato, uma realidade política para a qual Gramsci volta sua atenção no sentido da superação, num primeiro momento em relação ao partido operário, mas depois estende sua análise para a teoria política de maneira geral.

Não se pode fugir da constatação da divisão histórica entre governantes e governados, contudo, o autor aponta para a necessidade de “estudar como atenuar e fazer desaparecer o fato, modificando certas condições identificáveis como atuantes neste sentido”. Diz o autor:

“Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda ciência e arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irreduzível (em certas condições gerais). As origens deste fato constituem um problema em si, que deverá ser estudado em si (pelo menos se poderá e deverá estudar como atenuar e fazer desaparecer o fato, modificando

certas condições identificáveis como atuantes neste sentido), mas permanece o fato de que existem dirigentes e dirigidos, governantes e governados” (Cf. Q. 15, § 4, p. 1.752).

É condição primordial para a superação desta divisão – de acordo com Gramsci – a interação orgânica entre os dois níveis, isto é, entre intelectuais e simples, entre teoria e prática. Na medida em que esta interação é interrompida ou impedida pela centralização burocrática do Estado e pelo uso da força, seja diretamente ou por meio do *transformismo*, a direção do Estado dá lugar à dominação preponderantemente. O resultado disto é o fenômeno doentio de paralisação política das classes subalternas, de cristalização de minorias no poder e de passivação da massa.

Diante disto, deve-se concluir que a constatação da existência de uma profunda cisão entre governantes e governados, da permanência histórica das minorias dirigentes, bem como o estado de passividade em que comumente encontram-se as massas populares, não carrega em si uma análise conservadora da política, antes, é possível afirmar que esta é, de fato, a *realità effettuale* experimentada por todas as sociedades organizadas politicamente conhecidas até o presente. Esta constatação contém germens da mais aguda crítica – de caráter conservador ou progressista – que se pode fazer à democracia liberal porquanto coloca em xeque a estrutura de poder na qual se baseia a “ilusão democrática”.

Como bem lembra M. Bovero (1975, p. 29) nos anos 1950 a interpretação em chave elitista da estrutura de poder norte-americana apresentou um caráter de explícita denúncia da falsidade da ideologia oficial. O autor observa a completa reviravolta que sofre a teoria das elites desde a sua primeira formulação com Pareto e Mosca, bem como nos anos iniciais de difusão, até uma completa inversão do nexo entre concepções teóricas e perspectivas ideológicas. De acordo com o autor, “em um ambiente histórico mudado são os conservadores a rechaçar com decisão a validade científica do modelo elitista”, por outro lado, aqueles que então sustentavam a sua adequação à realidade americana se encontravam em geral “entre as posições mais avançadas” e defendiam “a democratização da sociedade” (*idem*, p. 29-30).

A crítica da democracia liberal está presente – com diferentes nuances – tanto em Pareto quanto em Gramsci, contudo, o programa político que acompanha o pensamento dos autores colore-se de tons diametralmente opostos. Aquilo que Gramsci faz declaradamente, isto é, unir à análise da política um programa político, Pareto o faz a despeito de sua pretensa neutralidade, delineando claramente um dever ser político

por meio de sua teoria do equilíbrio social. O dissenso entre Gramsci e Pareto, portanto, não surge de uma diversidade de objeto, mas de uma profunda divergência de pressupostos metodológicos e políticos, que se evidenciam nas diferentes, ou mesmo opostas perspectivas a partir das quais os autores observam a realidade política.

Pareto, assim como os demais herdeiros de Maquiavel, concebe a política do alto, isto é, do ponto de vista dos governantes, de forma que os governados são considerados apenas de forma subordinada e indireta. Gramsci, por outro lado, reelabora o pensamento de Maquiavel de modo a fundar uma “perspectiva democrática” da obra do secretário florentino, profundamente intrincada com os temas e problemas modernos e com o marxismo. Assim, a análise conjunta do pensamento destes dois autores, bem como o confronto entre as duas perspectivas de ciência política presente em suas principais obras, antes de caracterizar-se como uma disputa teórico-política, apresenta-se como um promissor estímulo intelectual para a análise social no âmbito da ciência e da arte política.

REFERÊNCIAS:

- ALBERTONI, E. A. *Storia delle dottrine politiche in Itália*. Milão: Mondadori, 1985.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BIANCHI, A. *O Laboratório de Gramsci. Filosofia, História e Política*. São Paulo, Alameda, 2008.
- BIROU, A. *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1973.
- BONETTI, Paolo. *Il Pensiero Politico di Pareto*. Bari: Laterza, 1994.
- BOVERO, M. *La teoria dell'élite*. Torino, Loescher Editore, 1975
- BURNHAM, J. *The Machiavellians , defenders of freedom*. Chicago: Gateway, 1963.
- BUSINO, G. “Introduzione”. In PARETO, V. , *I Sistemi Socialisti*. Torino: UTET, 1974.
- CERRONI, U. *Teoria política e socialismo*. Lisboa: Europa-America, 1976.
- FRANCIONI, Gianni. *L'Officina Gramsciana: Ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del Carcere”*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- GERRATANA, V. “Prefazione; Cronologia della vita di Antonio Gramsci”, in GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, v. 1, Torino, Einaudi, 2007.
- _____. “Apparato critico”, in GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, v. 4, Torino, Einaudi, 2007a.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di*

- Valentino Gerratana, Turim, Einaudi, 2007.
- _____. *Lettere dal carcere*. Turim, Einaudi, 1977.
- HUGHES, H. Stuart. *Consciousness and society: the reorientation of European social thought 1890-1930*. Brighton: Harvester, 1979.
- KANOUSI, D. *Los cadernos filosóficos de Antonio Gramsci: de Bujarin a Maquiavelo*, México, Plaza y Valdés, 2007
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe: edição bilíngüe*. São Paulo: Hedra, 2007.
- MEDICI, R. *La metáfora machiavelli – Mosca, Pareto, Michels, Gramsci*. Modena: Muchi, 1990.
- _____. *Giobbe e Prometeo – Filosofia e Política nel Pensiero di Gramsci*, Firenze, Alínea, 2000.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (edit.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- PARETO, V. *Trattato di sociologia Generale*. Firenze: G. Barbera, 1923.
- _____. *I Sistemi Socialisti*. Torino: UTET, 1974.
- _____. *Scritti Politici*. vol. II. Torino: UTET, 1974^a.
- _____. *Corso di Economia Política*, a cura de G. Palomba, Torino, UTET, 1987.
- SGAMBATTI, V. “Per un’analisi del rapporto tra Gramsci e gli èlitisti”. In Ferri, F. (org.). *Politica e Storia in Gramsci*. Roma: Riuniti/ Instituto Gramsci, 1977.
- SILVA, B. et al. (edit.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- SOREL, G. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- VOZA, P. *Gramsci e La “continua crisi”*, Roma, Carocci, 2008
- ZARONE, G. *Classe politica e ragione scientifica: Mosca, Croce, Gramsci*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1990.